



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
Poder Executivo
Assessoria Jurídica

Requerente: Comissão Permanente de Licitação

Assunto: Pregão nº 09/2019-032 SECMA. Aquisição de 01 veículo tipo pick-up 4x4 0Km à diesel para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente através do Fundo Municipal de Meio Ambiente deste Município.

Parecer Jurídico

Esta Assessoria Jurídica, instada a se manifestar preliminarmente nos presentes autos administrativos de licitação, verifica, de plano, tratar-se de processo licitatório requisitado pela Secretaria Municipal de Educação, levado a efeito na modalidade pregão, tombado sob o nº 09/2019-032 SECMA, com o objetivo de adquirir 01 veículo tipo pick-up 4x4 0Km à diesel para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente através do Fundo Municipal de Meio Ambiente deste Município.

A presente análise versa sobre a denominada fase interna da licitação, consistente na verificação quanto a regularidade da minuta do edital e seus anexos, nos termos do parágrafo único, do art. 38 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Vieram à análise os seguintes documentos, descritos sinteticamente:

- a) Solicitações e autorizações;
- b) Projeto básico simplificado;
- c) Cotação de preços;
- d) Minutas de edital, anexos e contrato.

É o Relatório, passamos a opinar.

Cumpramos registrar que o exame realizado neste parecer se restringe aos aspectos jurídicos acerca da possibilidade ou não de realizar o procedimento licitatório pretendido, estando excluídos quaisquer pontos de caráter técnico, econômico ou discricionário, cuja avaliação não compete a este.

A premissa elementar adotada pelo ordenamento jurídico pátrio, no que tange à tomada de bens e serviços pela Administração Pública, é de que todas as aquisições levadas a efeito pelo ente Público, sejam através de licitações, de modo a verificar a proposta mais vantajosa para a Administração, conforme destacamos os ensinamentos de Alexandre Mazza:

A licitação é um procedimento obrigatório que antecede a celebração de contratos pela Administração Pública. A razão de existir dessa



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
Poder Executivo
Assessoria Jurídica

exigência reside no fato de que o Poder Público não pode escolher livremente um fornecedor qualquer, como fazem as empresas privadas. Os imperativos da isonomia, impessoalidade, moralidade e indisponibilidade do interesse público, que informam a atuação da Administração, obrigam à realização de um processo público para seleção imparcial da melhor proposta, garantindo iguais condições a todos que queiram concorrer para a celebração do contrato. (MAZZA, 2012).

O nosso ordenamento jurídico possui duas leis que integram o rol de normas gerais sobre procedimentos licitatórios, a Lei nº 10.520/2002 e a Lei nº 8.666/93.

Sobre a modalidade Pregão, disciplinada pela Lei nº 10.520/2002, informa o objeto no art. 1º, assim descrito:

“Art. 1º. Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade pregão, que será regida por essa Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

A eleição da modalidade licitatória pregão presencial depende de ter como objeto, produto e/ou serviço comum no mercado, ou seja, aquele que pode ser disponibilizado por vários fornecedores no local. Compulsando que o desejo do Poder Público é a aquisição de 01 veículo tipo pick-up 4x4 0Km à diesel para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente através do Fundo Municipal de Meio Ambiente, inclusive com a sua descrição no documento pertinente, nos faz afirmar que a modalidade eleita está correta, visto que irá conferir celeridade, resguardar a ampla competitividade, isonomia e a redução de despesas burocráticas atinentes aos demais procedimentos licitatórios, tendo em vista a celeridade processual.

Analisando a minuta do edital, verificamos que o critério de julgamento utilizado é o de menor preço, atendendo ao que determina o inciso X, do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 e, ainda, observamos o preenchimento das exigências legais no que se refere a critérios de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico financeira dos licitantes e critérios de julgamento de propostas, exigências, dentre outras, que se estão em conformidade com o exigido no artigo 40 da Lei 8666/93, considerando § 1º do art. 40 da referida lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
Poder Executivo
Assessoria Jurídica

Por fim, destaca-se que, nos contratos administrativos há necessidade de acompanhamento por servidores públicos atuantes na qualidade de fiscais.

Estando perfeitamente atendidas as exigências legais, opina esta assessoria jurídica pelo prosseguimento regular do feito.

É o parecer, SMJ.

Rondon do Pará/PA, 19 de agosto de 2019.

VALÉRIA CRISTINA DE CARVALHO ROSA
ASSESSORA JURÍDICA
DECRETO 122/2019